

Franceses, em pânico, contra o acordo com o Mercosul

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)

Caiu a máscara dos franceses. As alegadas preocupações com a preservação do meio ambiente na Amazônia e em outras áreas do Brasil era o argumento esgrimido apenas para evitar que o acordo entre União Europeia e o Mercosul fosse assinado. A evidência está no movimento de produtores rurais de todo o país que utilizaram tratores e caminhões, nos últimos dias, para interromper as principais vias de acesso a Paris. Além disso, jogaram esterco e fardos de alfafa em diversas rodovias. Tudo para impedir que o acordo entre os dois blocos seja assinado.

Em pouco tempo, agricultores da Bélgica se incorporaram ao movimento e trataram de sitiar a sede da UE. Jogaram ovos nas portas dos prédios e fizeram as tradicionais manifestações com muito discurso e algum fogo nos pneus. O motivo para tanta irritação com o possível acordo com o Mercosul é que a agricultura francesa, a maior da Europa Ocidental, não tem a menor capacidade de competir em preço e qualidade com os produtos originários dos países sul-americanos. Na França, na Bélgica, em Portugal e na Espanha, o setor agrícola é fortemente subsidiado. Sem subsídios e expostos à concorrência, eles temem desaparecer.

O motivo para tanta irritação, neste momento, é que o acordo está pronto para ser assinado. O presidente Emmanuel Macron foi obrigado, pelas circunstâncias, a enviar uma mensagem urgente de celular para a presidente da UE, Ursula van der Leyen, afirmando que o governo francês se opõe à assinatura do tratado entre os dois mercados. O caso ganhou maior relevância porque o lado brasileiro aceitou algumas ponderações dos europeus no quesito compras governamentais. Colocou cotas para defender empresas brasileiras e excluiu o sistema SUS do acordo. Os europeus concordaram sem qualquer discussão. Diante disso, e das garantias de que o governo brasileiro irá trabalhar para preservar o meio ambiente, restou apenas redigir o documento final e chamar as partes para assinar o documento. Neste momento, tocou o alarme no governo francês.

A situação ganhou maior dramaticidade porque o governo alemão se colocou a favor do acordo entre os dois continentes. Neste

momento, corre uma negociação para aprovar ao menos em parte o acordo de maneira a não prejudicar os agricultores franceses. Ou seja, as seções que tratam de agronegócio passariam a figurar em outro documento, quando for possível. Os negociadores brasileiros dizem que o tratado não afeta tanto a agricultura francesa, porque os exportadores brasileiros colocam muitos produtos naquele mercado. Não haveria substancial modificação do atual cenário comercial neste setor.

As duas maiores economias da União Europeia — França e Alemanha — divergiram diante da estratégia comercial a ser utilizada com o Brasil. Os exportadores alemães tentam driblar o veto da França em relação a um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a UE. Para a indústria de veículos da maior economia da Europa, o pacto entre os dois blocos poderia ser dividido em dois, salvando pelo menos parte das negociações que entram em seu 25º ano. Mas para o governo Emmanuel Macron enfrentar os agricultores grevistas é suicídio político.

Macron e van der Leyen tentam alcançar o acordo possível, uma vez que vários países do bloco são favoráveis ao acordo entre os dois continentes. O único que fechou questão contra foi o governo francês. Os agricultores exigem preços

mais justos para os produtos, a continuação dos subsídios para o diesel agrícola (usado em tratores e outros veículos) e ajuda financeira para agricultores orgânicos, além de rejeitar o acordo negociado entre a União Europeia e os países do Mercosul. O primeiro-ministro Gabriel Attal reafirmou sua posição contrária ao bloco.

Em Bruxelas, cerca de mil tratores ocuparam avenidas horas antes de uma cúpula dos 27 países da UE. O principal ponto de tensão é o acordo que a UE e o Mercosul negociam há mais de 20 anos e que, segundo os agricultores, prejudicaria diretamente o setor na Europa. O ministro da Economia francês, Bruno Le Maire, destacou a disposição de travar uma batalha com a Comissão Europeia contra a assinatura do acordo em sua forma atual.

O líder da maior federação patronal da França, Patrick Martin, no entanto, apoia o acordo, ainda que tenha defendido verificar se os países envolvidos respeitam regras ambientais e sociais. É irônico assistir, daqui deste canto do mundo, aos campeões da liberdade, os arautos do livre comércio, lutar para manter subsídios e privilégios que penalizam o consumidor francês. Ele será obrigado a adquirir produtos piores e mais caros. Conversa de subdesenvolvido. O mundo mudou.



Liberdade para empreender

» ALFREDO COTA NETO
Presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB)

A inteligência artificial está colocando, de forma inquestionável, com as consequências positivas e negativas. O futuro dos empregos, conhecidos atualmente, está em jogo. As teses são muitas: algumas profissões vão desaparecer; os robôs substituirão os homens; a humanidade terá, em breve, novas carreiras... Enquanto pesquisadores e teóricos tentam se anteciper a novas tendências e realidades, representantes do governo insistem em olhar para trás. Defendem alterações de regras consolidadas, que regem o mercado de trabalho no Brasil há décadas, com sucesso para o mercado e para a economia. E, pior: com muito sucesso para o empreendedor. De que outra forma podemos classificar a tentativa de alterar o funcionamento do comércio em domingos e feriados a não ser como um retrocesso? É razoável que um decreto possa se sobrepôr a uma lei aprovada pelo Congresso Nacional, a lei da Liberdade Econômica?

A portaria do governo que determina a aprovação prévia dos sindicatos para o tema, definitivamente, atrapalha a economia brasileira e restringe a liberdade do empreendedor. Sabemos que, na maioria dos setores, haverá dificuldade por parte dos sindicatos dos trabalhadores. E todos irão perder: empregados e empregadores; comerciantes e comerciantes. Mas, principalmente, cada um dos trabalhadores que não concordar com a decisão do sindicato que o representa, porque tem a jornada em domingos e feriados como fundamental para incrementar a comissão do fim do mês, ampliar as possibilidades de aumento de renda ou, até, de crescer profissionalmente, assumindo postos diferentes em escalas desses dias. Detalhe: sem perder o dia de descanso, porque há previsão legal para essa readequação.

E, ainda, tem o consumidor, que também passa a ter restrições nas suas opções de compra, exatamente aos sábados e domingos, lazer para alguns. A decisão sobre abrir ou não o comércio aos domingos e feriados precisa ser tomada por cada estabelecimento, levando em conta suas particularidades como o ponto, o produto ou o serviço a ser oferecido, as demandas do consumidor e as motivações empresariais. Nada melhor do que uma negociação entre patrão e empregado.

O comércio tem na sua essência as vendas, e na maioria das vezes, isso é parte importante de uma renda variável. Quem está no comércio quer vender. Essa é a essência da economia: a venda. E há muitos segmentos que vendem melhor no domingo e nos feriados. Mas, a loja estará fechada porque o sindicato quer? Nesse mundo moderno e tecnológico em que estamos vivendo? Difícil entender....

O questionamento da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB) é: por que o sindicato vai decidir sobre uma questão de liberdade do setor? Qual é o sentido dessa alteração? Respeitando a legislação, o que os empreendedores querem é gerar renda. Para eles e para os funcionários.

Estamos atentos e acompanhando as transformações do mercado de trabalho. A forma de fazer a economia girar mudou. Agora, é por produção. Cada um precisa fazer a venda do seu produto e do seu serviço da forma que achar melhor. Isso é empreendedorismo. A visão do mundo sindical é dependente e limitante: o Estado sobre o empreendedor. E isso está ultrapassado.

Nessa defesa, contamos com a ajuda do Congresso. Parlamentares da Câmara e do Senado estão sensíveis ao tema. Percebem as mudanças atuais nas relações do mercado de trabalho. Nossa expectativa é de que o tema, que o governo quer regular sozinho, fique a cargo do Legislativo, a quem cabe ouvir diferentes pontos de vista. A quem cabe, com tempo e disposição, amadurecer os impactos dessa medida.

Consideramos a decisão do governo de alterar as regras sobre trabalho aos domingos e feriados, um enorme passo atrás nas relações entre patrão e empregado. Que pode, rapidamente, representar aumento do desemprego.

Em um contexto de desafios econômicos, sociais, de enfrentamento da desigualdade, é consenso na sociedade civil que é de trabalho que o povo brasileiro precisa. E o emprego está nas mãos dos comerciantes, empresários e empreendedores que trabalham, diariamente, para gerar renda, pagar imposto e fazer a economia girar e crescer. Não podemos permitir a redução da atividade econômica. As oportunidades estão diante de nossos olhos: basta saber se queremos seguir adiante ou andar para trás, como se estivessemos voltando no tempo, em um cenário da década de 1980, entre repartições, fichários e almoxarifados.

Política industrial e descarbonização

» CARLOS FREDERICO ROCHA
Ex-reitor da UFRJ e diretor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Perguntaram a um engenheiro, a um biólogo e a um economista como transportar um elefante do cais a um navio. Enquanto o engenheiro fazia cálculos envolvendo roldanas e alavancas, o biólogo procurava maneiras de proteger o animal; o economista elaborou, para iniciar seu raciocínio, uma hipótese heroica de que o elefante não tinha peso. Desde “A Riqueza das Nações”, economistas ressaltam os benefícios da coordenação social pelo mercado. No entanto, a coordenação pelos mercados tem limites e a não compreensão desse fato tem seguidamente levado a humanidade a erros graves, como o caso do aquecimento global. O Prêmio Nobel Nordhaus afirmou: “O progresso técnico e o aquecimento global são uma externalidade global ou um bem público global. Ambos envolvem ciência e tecnologia, e ambos envolvem a incapacidade dos mercados privados em fornecer uma alocação eficiente de recursos”.

Intervenções estatais na regulação dos mercados, taxação e direcionamento das trajetórias tecnológicas são importantes instrumentos para superar os limites do mercado e evitar que torremos no inferno. A Nova Indústria Brasil (NIB) tem metas ambientais ambiciosas. Propõe a redução de 30% das emissões de carbono até 2033 e a ampliação de 50% do uso de biocombustíveis na matriz do transporte. A indústria será o ator transformador em todos os cinco objetivos específicos da missão relacionada ao meio ambiente e isso não se dá à toa.

O Grupo de Indústria e Competitividade do IE-UFRJ, usando matriz insumo-produto,

calculou os principais setores emissores de carbono por unidade de valor adicionado diretamente ou por intermédio da cadeia produtiva. Emissões podem ser feitas em um setor não industrial, mas que pertence a uma cadeia produtiva que tem como centro dinâmico atividades industriais. Assim, como a agropecuária é comandada pela indústria de proteínas, a redução da emissão de transportes terrestres passa por desenvolvimentos tecnológicos que pertencem à indústria automobilística ou à indústria de máquinas e equipamentos.

Um exemplo é a proposta de intensificação do uso de biocombustível, um dos principais condutores da redução das emissões. A liderança brasileira na produção de biocombustíveis e sua especificidade em relação a outras trajetórias tecnológicas adotadas mundialmente, como o carro elétrico, requerem rotas tecnológicas próprias que podem ser mais eficientemente tratadas a partir da coordenação do Estado. A NIB propõe direcionar recursos não reembolsáveis e reembolsáveis à inovação. Isso ocorre por duas razões: (i) o conhecimento usado na inovação tem características de bem público; e (ii) a direção do progresso técnico define trajetórias que podem ter alta irreversibilidade.

No caso das tecnologias intensivas em carbono, decisões passadas criaram uma rede de suporte que faz a alteração de rotas hoje muito mais custosa. A existência de um agente coordenador é importante. O Estado tem e deve ter o

poder regulador para garantir que os princípios de sustentabilidade sejam alcançados. O uso dos instrumentos de oferta, conjugado à força de seu poder de compra e à regulação, é central para garantir o cumprimento das metas de redução da emissão.

A NIB propõe também a criação do mercado de carbono como uma aposta na coordenação pelo mercado, precificando emissões, estabelecendo cotas reduzidas ao longo do tempo e permitindo o comércio de créditos para alcançar uma alocação mais eficiente. Contudo, mesmo nesse caso é necessária a criação institucional do mercado pelo Estado.

Economistas conservadores, usando análises custo-benefício e utilizando taxas de desconto padrão, concluem ser mais vantajoso não tratar o problema e deixar o planeta aquecer. Argumentam que a taxa de desconto do futuro definida pelo mercado é mais correta do que aquela utilizada por governos, ONGs e ativistas. Não há padrão ético para justificar taxas de desconto do consumo de indivíduos em vez de prezar pelo bem-estar de futuras gerações. Mercados não podem ser a referência aqui. Utilizar pesos e contrapesos, transparência e eficiência são elementos importantes de uma boa gestão pública. A inação, não. Pela primeira vez, temos uma política de produção que trata com seriedade a questão ambiental. É importante que a NIB tenha como objetivo central mitigar os impactos ambientais e evitar que o peso do elefante esmague futuras gerações.